

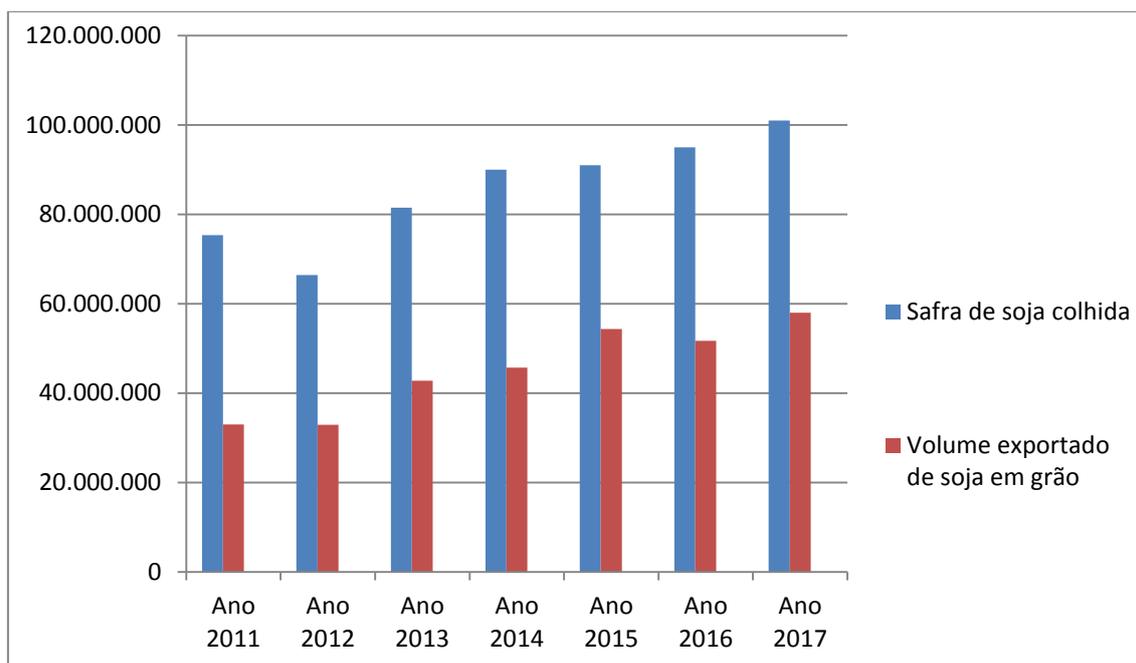
Biodiesel: Desenvolvimento Regional e Equilíbrio Fiscal

A Consulta Pública RenovaBio 2030 é importante para o planejamento da produção agrícola que fornece a matéria-prima para a produção de biocombustíveis, como também permite que a indústria invista num cenário com regras claras, como no PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

Esse planejamento proposto pelo RenovaBio 2030 pode ter um plano de ação detalhada, já a partir deste ano, com base em vários diagnósticos já realizados sobre o PNPB. Um desses estudos é o levantamento de dados, com tabelas e gráficos comparativos, com análise do Programa, no Contrato PNUD 0011/2014, junto ao Governo Federal, no qual mostramos que o aumento da produção de biodiesel permitiu o crescimento da participação de cooperativas da agricultura familiar no PNPB, bem como a maior produção de farelo de soja atendeu o mercado interno no abate de aves e suínos nos estados do RS, SC e PR (páginas 11 a 13, e 32 do Produto 01) e nos estados do MT, MS e GO (páginas 12, 13 e 29 do Produto 04), além de estabilidade no volume de farelo exportado nos últimos 10 anos (páginas 07 do Produto 01, da Região Sul, e página 27 do Produto 04, da Região Centro-Oeste). Também retratamos em gráficos, nos 06 produtos (estudos) realizados, que o forte aumento na produção de soja no país permitiu elevar o volume de exportação do grão, mesmo com o aumento no percentual de mistura do biodiesel ao diesel de petróleo. Inclusive destacamos isso sobre a proposta que tramitava no Governo Federal, que derivou a lei 13.263/16, mostrando a importância de definir um cronograma de aumento na adição de biodiesel (páginas 34 e 35 do P1), além de alertar para o aumento na importação de diesel de petróleo para atender a demanda interna (página 46 do P6), em que comparamos os gráficos da receita obtida pelas usinas com a venda de biodiesel e custo de importação de diesel, em dólar, até 2014 (estudos do P6 entregue em 2015).

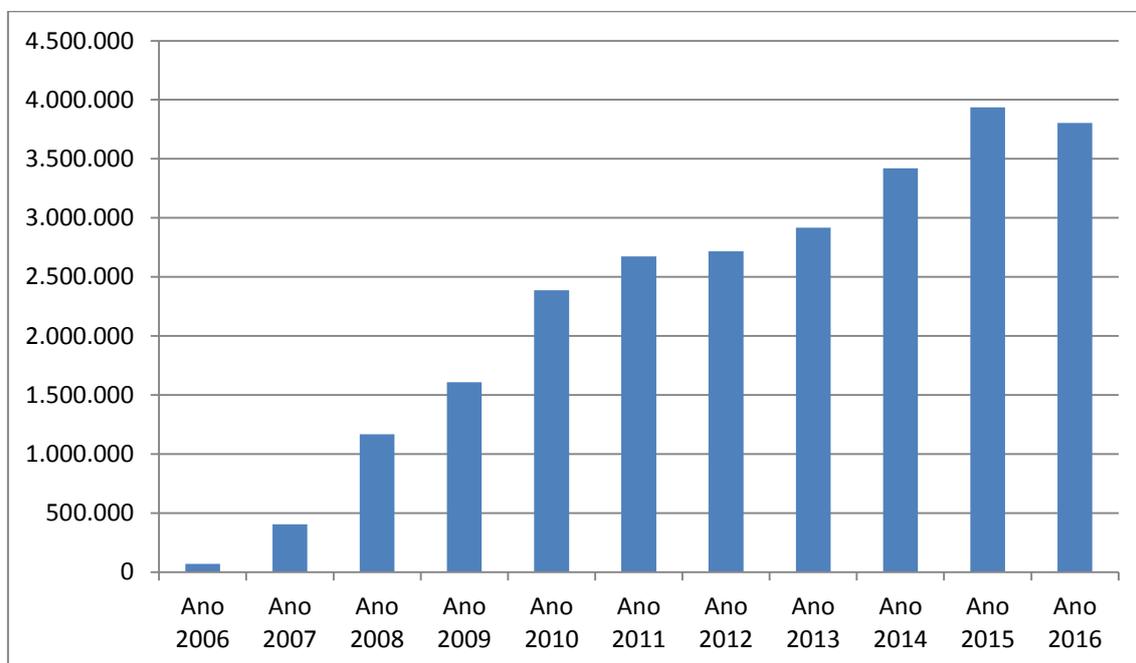
Nos gráficos a seguir temos um retrato entre aumento da produção de soja, a exportação em grãos, e a produção de biodiesel no Brasil, que ilustra o cenário atual, entre oferta de matéria-prima e industrialização.

Gráfico 01. Safra de soja e exportação de soja em grão. Brasil. Em toneladas.



Fonte: Conab e MDIC. Ano 2017: Projeções Abiove. Elaboração: Consulver.

Gráfico 02. Produção de Biodiesel. Brasil. Em metros cúbicos.



Fonte: ANP. Elaboração: Consulver.

80% do Biodiesel produzido no Brasil tem Selo Social.

Mesmo com todo esforço em diversificar as matérias-primas para a fabricação de biodiesel, os dados oficiais da ANP mostram que a produção sempre foi com base no soja e as projeções estatísticas reforçam essa tendência para 2030. Os programas e incentivos para a diversificação de culturas devem continuar num aprimoramento constante, com monitoramento de produtividade e avaliação regionalizada do país, pela diversidade de aptidão de diferentes cultivares nos estados brasileiros. Entretanto, pelo volume que necessita o PNPB, é preciso ser realista que o soja vai continuar liderando, com média acima de 77% da produção de biodiesel. Isso gera duas perspectivas futuras: uma é a disponibilidade de matéria-prima para o processamento no Brasil, frente ao grande volume exportado em grão, que neste ano deve alcançar 58% da safra colhida em 2017, totalizando mais de 62 milhões de toneladas de soja sem agregação de valor, e isentos de impostos; e, em segundo lugar, a necessidade de revisão dos índices e critérios para o Programa do Selo de Combustível Social (SCS), dentro do PNPB, que estabelece percentuais mínimos de compra da agricultura familiar, e que está muito concentrado no Rio Grande do Sul. Hoje, as usinas brasileiras detentoras do Selo de Combustível Social conseguem atender a 80% da produção de biodiesel, via leilões da ANP.

Nos levantamentos que realizamos no contrato PNUD 011/2014, constatamos uma grande diferença, até entre os três estados do Sul: RS, SC, PR, nos Produtos 01, 02 e 03, considerando que o Censo Agropecuário do IBGE 2006, aponta que a agricultura familiar responde por mais de 30% da produção total de soja nos três estados (página 05 do P2, e páginas 04 a 10 no P3).

No ano de 2012, os três estados do Sul comercializaram mais de 1,4 milhão de toneladas de soja da agricultura familiar no PNPB. O grande líder nacional é o Rio Grande do Sul, que mesmo num ano de estiagem, que derrubou a safra total de soja para 6,5 milhões de toneladas, frente a 11,6 milhões de toneladas no ano anterior (2011), a agricultura familiar vendeu mais de 1.233.000 toneladas de soja através do Programa, o que equivale a 19% da safra de 2012. Santa Catarina, que teve safra total de 1 milhão de toneladas, vendeu 52 mil toneladas via PNPB (5,2%). Já o Paraná, segundo maior produtor do grão no país, com safra de 11 milhões de toneladas em 2012, comercializou apenas 135 mil toneladas de soja da agricultura familiar no Programa do Biodiesel, o que corresponde a 1,2% do total da safra. É preciso destacar que a legislação permite que uma usina, situada em qualquer estado brasileiro, pode comprar soja com Declaração (DAP) da Agricultura Familiar no RS, onde 320 municípios, num total de 497, registraram venda de soja com DAP (páginas 04 a 22, do P2).

No Centro-Oeste, com menos municípios participando do Programa, a concentração está nos líderes. Dos 141 municípios do MT, 26 venderam soja da agricultura familiar no PNPB em 2012, totalizando 173.060.493 quilos. Os cinco municípios do MT que mais venderam soja da agricultura familiar no PNPB somam

118.331.086 quilos, o que corresponde a mais de 68% do total registrado no Mato Grosso dentro do Programa do Biodiesel (páginas 13 a 15 do P5).

Dos 79 municípios do Mato Grosso do Sul, 22 registraram vendas de soja da agricultura familiar no PNPB no ano de 2012, totalizando 76.884.960 quilos. Os cinco municípios do MS que registraram os maiores volumes (e valores) no PNPB estão localizados no sul do estado, respondendo por 59.857.759 quilos, ou seja, mais de 77% do total registrado em 2012 no MS (páginas 16 a 19 do P5).

Dos 246 municípios de Goiás, 92 registraram vendas de soja da agricultura familiar no PNPB em 2012, totalizando 299.236.791 quilos. Os cinco municípios com os maiores volumes de soja da agricultura familiar de GO no PNPB respondem por 105.478.941 quilos, o que corresponde a 35% do volume total da agricultura familiar de Goiás no PNPB. É a menor concentração nos cinco líderes de cada estado na Região Centro-Oeste, onde o índice chega a 77% no MS e 68% no MT (páginas 19 a 23 do P5).

Nos Produtos 01, 02 e 03, ao mapear o desenvolvimento regionalizado nos três estados do Sul, identificamos a proximidade geográfica entre esmagadoras de soja, usinas de biodiesel, frigoríficos de aves e suínos (que consomem farelo de soja), produção de soja da agricultura familiar e unidades de cooperativas. Fica evidente a diferença na forma de atuação das cooperativas do RS e PR, antes e depois do Programa do Biodiesel, bem como os enquadramentos de teto de renda para DAP individual e DAP jurídica, que merecem um estudo mais detalhado (Páginas 20 a 23 e 33 do P2). Também retratamos a capacidade de processamento das esmagadoras de soja dos estados, tanto do Sul como do Centro-Oeste, a capacidade ociosa das usinas de biodiesel, as diferenças regionais, como SC sendo um grande “importador” de farelo de soja de outros estados para atender a criação de aves, suínos e gado de leite (páginas 04 a 10, e 49 e 50 do P3).

Os avanços do PNPB, nesses 11 anos de existência, apontam caminhos que o RenovaBio 2030 precisa aprimorar. No plano de ações sugerimos o detalhamento de estudos sobre o aumento da produção de biodiesel para atender tanto o mercado de combustíveis como a consequente oferta de farelo para a exportação e consumo no país, fortalecendo as exportações de carnes. No eixo do Selo de Combustível Social, um amplo estudo, detalhando a realidade de cada estado, e suas regiões produtoras de soja da agricultura familiar, para promover os ajustes necessários nos critérios de enquadramento da DAP, tanto no acesso aos financiamentos do Pronaf, como no teto de renda máxima que garantem acesso aos Programas Governamentais, como PNPB. No eixo da legislação tributária, o RenovaBio 2030 precisa criar grupos de trabalhos para as decisões que serão tomadas já neste ano de 2017 e que irão delinear temas importantes para o futuro do país no médio prazo. Exemplo disso é a compensação das perdas aos estados com as isenções de ICMS nas exportações, na chamada Lei Kandir, que precisa ser regulamentada neste ano, conforme decisão do STF.

Luciano Zanella

Consultor do Programa do Biodiesel

Contrato PNUD 0011/2014

Telefone: 054. 9 9974.5253